

Parecer:

Coordenador

Concordo com a proposta apresentada.

Despacho:

Primeiro Secretário Executivo da CIM Cávado

Concordo com a proposta apresentada.

Divisão Administrativa e Financeira

INF_006_07-07-2022

ASSUNTO: Adesão da Comunidade Intermunicipal do Cávado à METREX - The Network of European Regions and Areas

I. ENQUADRAMENTO:

1. Da METREX - The Network of European Regions and Areas

A METREX - The Network of European Regions and Areas é uma associação sem fins lucrativos, constituída em 1996, em Bruxelas, em conformidade a Lei Belga.

É uma associação independente, não política, sem fins lucrativos, financiada pelos seus membros, e em casos particulares utilizando fundos externos para projetos de investigação e/ou projetos da UE.

A METREX integra organismos de regiões e áreas de dimensão Metropolitana com atividade nas áreas dos transportes, habitação, desenvolvimento socioeconómico e questões ambientais. Em 2020 era constituída por 48 regiões / áreas metropolitanas e 8 regiões com estatuto de “observador”, de 3 continentes. Em Portugal integram a METREX a Área Metropolitana do Porto e a Área Metropolitana de Lisboa.

As regiões e áreas metropolitanas são definidas como zonas urbanizadas e de *hinterland*, com uma população na ordem dos 500.000 ou mais habitantes.

A METREX assume como missão:

- a. A partilha de conhecimentos e experiências sobre temas urbanos e rurais com recurso a especialistas nesta temática para promover a melhoria das políticas e práticas públicas.
- b. A promoção de reuniões sobre questões específicas para construir capacidades necessárias para lidar com os desafios atuais.
- c. A promoção da aceleração de transições urgentes através da procura das melhores práticas, potenciando a criação de soluções adaptáveis às regiões.
- d. Contribuir para um quadro político comum: as Regiões e Áreas Metropolitanas traduzem as suas abordagens em princípios que estão disponíveis para todas as autoridades regionais e locais europeias.
- e. Contribuir para políticas eficazes através da análise e contributos sobre políticas e regulamentos da UE com os quais estão a trabalhar em todos os seus territórios.

A subscrição de membros é efetuada através das seguintes modalidades

- a. *“Observer”*: custo anual de 2.000€ (para organizações não governamentais);
- b. *“Full membership”*: custo no primeiro ano de 2.000€; anos subsequentes – 7.000€;
- c. *“Shared membership”*: custo anual de 9.000€.

2. Da Comunidade Intermunicipal do Cávado

- a. A CIM Cávado é uma entidade pública regional que resulta do novo enquadramento legal determinado pela Lei 45/2008 de 27 de Agosto, e depois pela Lei 75/2013 de 12 de Setembro, correspondendo a uma região NUTS III;
- b. Que a CIM do Cávado tem por objetivo conjugar, promover e articular interesses comuns aos municípios associados, na área dos serviços coletivos de proximidade, e dos investimentos municipais ao nível de:
 - Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
 - Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
 - Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN;
 - Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.

3. Dos benefícios da adesão à METREX:

Analizadas as atribuições e competência da METREX assim como o compromisso que assume com os seus membros, é de todo o interesse a adesão da CIM do Cávado, considerando, nomeadamente:

- a. Os benefícios decorrentes para a CIM do Cávado e para os seis municípios, das competências e perícias da METREX, do intercâmbio de experiências e boas práticas nos domínios acima descritos.
- b. Integração numa rede internacional de alto nível de compromisso com o desenvolvimento e coesão territorial, em particular com uma que integre outras áreas metropolitanas e regiões para beneficiar e partilhar conhecimentos e experiências na superação de desafios para os próximos anos.
- c. O contributo que também poderá dar em termos das políticas públicas em prol de territórios mais produtivos, saudáveis, inclusivos e sustentáveis em toda a Europa.
- d. Por último, mas não menos importante, a grande oportunidade de se juntar a outros membros em consórcio para se candidatarem ao financiamento da UE em projetos europeus que beneficiam do apoio e perícia da METREX.

II. CONSIDERANDO:

1. O interesse e as vantagens da CIM Cávado em aderir formalmente à METREX, conforme descrito no ponto 3 anterior.
2. Que a adesão da Comunidade Intermunicipal do Cávado à METREX, que “é uma associação privada, a nível da União Europeia” se regerá pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais (aprovado pela Lei 50/2012, de 31 de Agosto, na sua redação atual).
3. Que *“compete ao órgão deliberativo da entidade pública participante, sob proposta do respetivo órgão executivo, deliberar relativamente à aquisição das participações previstas no presente capítulo, devendo a sua fundamentação integrar os pressupostos justificativos do relevante interesse público local”*. (cf. artigos 53º nº 1 aplicável por força do artigo 56º nº 4).
4. Que, nos termos do nº 1 do artigo 56º do Diploma acima referido, *“Os entes constituídos ou participados nos termos do presente capítulo devem prosseguir fins de relevante interesse público local, devendo a sua atividade compreender--se no âmbito das atribuições das respetivas entidades públicas participantes.*
5. Que, nos termos do nº 2 do mesmo artigo se refere que, *“a constituição ou a participação nos entes previsto no presente capítulo está sujeita ao visto prévio do Tribunal de Contas, independentemente do valor associado ao ato”*.

III. PROPÕE-SE:

1. A aprovação da proposta de adesão da CIM do Cávado à METREX, como “*full member*”, cujos custos associados são de 2.000€ no primeiro ano e 7.000€ nos subsequentes.
2. Que sejam realizados todos os procedimentos ulteriores tendo em vista:
 - a. A aprovação da adesão da CIM do Cávado à METREX pela Assembleia Intermunicipal, conforme estipula o nº 1 do artigo 53º da Lei 50/2012 de 31 de agosto.
 - b. A realização de todos os procedimentos conducentes à fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas, conforme estipulado no nº 2 do artigo 56º da supracitada Lei.

À consideração superior,